



**ACPO**  
**Associação de Combate aos Poluentes**  
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional  
CNPJ: 00.034.558/0001-98

**ACPO**  
Associação de Combate aos Poluentes  
Núcleo de Saúde Socioambiental

1/4

À Secretaria do Patrimônio da União – SPU  
Ilmo. Sr. Superintendente da SPU em São Paulo  
Dr. **Robson Tuma**

Av. Prestes Maia, nº 733, 3º andar - Luz  
CEP: 01.031-001 - São Paulo/SP  
Tel: Geral: (11) 2113-2465 / 2594 / 218 - Gabinete: (11) 2113-2676  
E-mail: robson.tuma@planejamento.gov.br

Ofício nº 20171031-SPU

**ASSUNTO URGENTE:** REF. REPRESENTAÇÃO: Obra de Cava Subaquática Tóxica no Coração do Estuário Santista, Patrimônio da União – URGENTE – [Nosso nº 20171017-SPU]

Prezado Senhor,

Vimos respeitosamente solicitar que V.Sa. mantenha a imediata paralisação, conforme expresso nas notificações nº 014/2017/JUR/SPU/SP e nº 015/2017/JUR/SPU/SP sobre a execução de obras no espelho d'água localizado no Largo do Casqueiro, contíguo ao imóvel denominado Ilhas das Cobras no Município do Cubatão – SP.

Estamos disponibilizando em anexo em pen drive, uma completa documentação, ao final relacionadas, entre elas:

- 1- Comprovação que o terminal que invadiu e está degradando áreas públicas está em operação normal desde janeiro de 2017, sendo assim, a paralisação do enchimento da cava com material tóxico não causará nenhum prejuízo operacional, desemprego ou prejudicará o escoamento da safra. (Fotos e Vídeo);
- 2- A alegada argumentação que a cava tóxica possui aprovação em todos os órgãos competentes carece de veracidade, pois a principal delas: Licença Ambiental Prévia, Instalação e Operação está sendo veementemente contestadas pelos Ministério Público (Estadual e FEDERAL), cuja a Ação Tutela Cautelar segue em anexo, e por ambientalistas via Ação Popular por imperfeições na validade das licenças, prescrição, troca de titularidade e desvio de finalidade.
- 3- O Ministério Público Federal tem dada especial atenção a esse processo conforme os ofícios enviados à SPU:

- Ofício PRM/SANTOS/GABCIVEL/AJDMD No 12591/2017 de 17/02/2017
- Ofício PRM/SANTOS/GABCIVEL/AJDMD No 1568/2017 de 06/08/2017
- Ofício PRM/SANTOS/GABCIVEL/AJDMD No 1777/2017 de 10/10/2017

4- A imprensa nacional vem acompanhando, e tem dado especial destaque em todo o procedimento do licenciamento ambiental desse procedimento inédito e que jamais implantado no porto de Santos e no Brasil nesse volume de 2.5 milhões de m<sup>3</sup>, cerca de 5 milhões de toneladas.

5- Diversos ambientalistas, oceanógrafos, e biólogos manifestaram suas preocupações, pareceres em anexo, considerando a cava subaquática como a pior técnica disponível para confinamento de sedimentos contaminados, que põem em risco a fauna, flora, a balneabilidade das praias e podendo se configurar em um desastre semelhante ao de Mariana em Minas Gerais, porém oculto, silencioso e não menos ferino. Lembrando que um dos sócios do caso de Mariana/MG é também sócio no TIPLAM em Cubatão/SP.

Face ao todo exposto, reiteramos nossa solicitação, que vem acompanhada da maior parte da população da Baixada Santista e dos órgãos que fiscalizam a legislação para a imediata paralização do despejo desse material tóxico, sem qualquer tratamento.

Reiteramos ainda, que não há movimento contra a dragagem, que o porto das empresas envolvidas continua funcionando normalmente, o que somos contra é a degradação do patrimônio público.

Rogamos, assim como esperamos da CETESB recobre a tempo os princípios de sua função, ou seja, a de proteger o meio ambiente e exija a adoção, sem demora, da melhor tecnologia e a aplicação das melhores práticas ambientais disponíveis, sendo que essa ação é imprescindível para melhoria ambiental contínua visando o Desenvolvimento Sustentável, esperamos da SPU, por meio de seu superintendente, não permita a degradação do bem público em tela, pois em não fazendo, tornará aquela parte do patrimônio público, terra degradada, arrasada pelo interesse privado.

Nestes termos

P. Deferimento

Santos, 31 de outubro de 2017

  
MÁRCIO ANTONIO MARIANO DA SILVA - SECRETÁRIO  
[marciano@acpo.org.br](mailto:marciano@acpo.org.br) - (013) 9.9732-6124
































  
JEFFER CASTELO BRANCO - COORDENADOR DO CONSELHO DIRETOR  
[jeffer@acpo.org.br](mailto:jeffer@acpo.org.br) (013) 9.8817-2440

Oficina: Rua Júlio de Mesquita n.º 148, Conjunto 204, sala 02 - Vila Mathias  
CEP: 11.075-220 - Santos - SP - BR. - TEL/FAX: (013) 3273 5313  
Internet - <http://www.acpo.org.br> / e-mail - [acpo@acpo.org.br](mailto:acpo@acpo.org.br)  
**FUNDADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1994**

## ANEXOS GRAVADO NO PEN-DRIVE

**ASSUNTO URGENTE:** Representação: Obra de Cava Subaquática Tóxica no Coração do Estuário Santista, Patrimônio da União – URGENTE – [nosso nº 20171017-SPU]

3/4

-  01\_foto\_cava\_05\_10\_2017\_1
-  02\_foto\_cava\_05\_10\_2017\_2
-  03\_foto\_cava\_05\_10\_2017\_3
-  04\_foto\_tiplam\_em\_operacao\_normal\_1
-  05\_foto\_tiplam\_em\_operacao\_normal\_2
-  06\_protesto\_lembrando\_a\_vale\_[VLI]
-  07\_video\_da\_cava\_irregular
-  08\_video\_enchimento\_da\_cava\_toxica
-  09\_porto\_da\_VLI\_operando\_normalmente
-  10\_reportagem\_protesto\_contra\_cava\_30\_12\_2016
-  11\_oficio\_SPU\_para\_MPF\_17\_02\_2017
-  12\_parecer\_tecnico\_ececl\_31\_03\_2017
-  13\_parecer\_peritos\_11\_04\_2017
-  14\_instauracao\_inquerito\_MPF\_11\_04\_2017
-  15\_oficio\_MPF\_para\_CETESB\_25\_05\_2017
-  16\_acao\_popular\_02\_08\_2017
-  17\_oficio\_MPF\_para\_SPU\_06\_08\_2017
-  18\_parecer\_favoravel\_MPSP\_a\_Acao\_Popular\_[e outros]\_08\_08\_20...
-  19\_requerimento\_Ilha\_das\_Cobras\_para\_SPU\_13\_09\_2017
-  20\_resposta\_SPU\_para\_Ilha\_Cobras\_18\_09\_2017
-  21\_notificacao\_Cetesb\_27\_09\_2017
-  22\_oficio\_MPF\_para\_SPU\_10\_10\_2017
-  23\_e\_mail\_alesp\_dep\_luiz\_fernando\_13\_10\_2017
-  24\_e\_mail\_camara\_fed\_dep\_vicentino\_13\_10\_2017
-  25\_acao\_tutela\_cautelar\_MPF\_MPSP\_18\_10\_2017
-  26\_embargo\_SPU\_25\_10\_2017
-  27\_e\_mail\_brookfield\_29\_10\_2017
-  28\_oficio\_20171021\_Brookfield
-  29\_e\_mail\_SPU\_santos\_e\_sp\_27\_10\_2017
-  30\_representação\_20171027\_SPU\_27\_10\_2017
-  31\_alesp\_dep\_marcos\_martins\_30\_10\_2017

Documentos anexos, também disponível em: <http://www.acpo.org.br/spu>

